



LUIS TODO BOM
Gestor de Empresas

Investimento na indústria de bens transacionáveis

O Governo anuncia, diariamente, centenas de milhões de euros, de investimento estrangeiro.

Pode ser uma boa ou má notícia.

Contrariamente ao que afirmou, recentemente, um dos muitos escribas, que gravitam na órbita da extrema esquerda que nos governa, cujos textos oscilam entre o insulto gratuito e a amplificação acrílica da propaganda governamental, não tenho nenhum prazer sórdido em referir as debilidades e constrangimentos da nossa economia.

Mas a realidade é o que é, e não é cor-de-rosa.

A nossa economia não cresce há dezenas de anos, somos ultrapassados todos os anos, pelos novos países aderentes à União Europeia, o nosso ordenado médio é uma indignidade e aproxima-se, cada vez mais, do ordenado mínimo nacional e a mediana está praticamente colada a este mínimo de sobrevivência.

O diagnóstico é consensual entre todos os economistas sérios.

Este facto resulta duma política errada de aposta no turismo, comércio e serviços de baixo valor acrescentado, com em-



Sérgio Lemos

presas de pequena dimensão e investimentos dirigidos maioritariamente para bens não transacionáveis.

Mais investimento estrangeiro em hotéis, imobiliário, call centers, centros de serviços, concessões e outros investimentos rentistas não altera em nada o posicionamento competitivo do nosso país, pelo contrário, acentua as fragilidades do nosso modelo económico.

A inversão desta política passa por um processo de reindustrialização, criando empresas

robustas, que atuem em toda a cadeia de valor, com dimensão e capacidade de inovação, produzindo bens transacionáveis, de alto valor acrescentado, competitivos no mercado internacional.

O aumento da dimensão das empresas industriais de bens transacionáveis, criando mais unidades que faturem mais de 50 milhões de euros, só é possível através de processos de fusão e aquisição das empresas nacionais ou pela atração de investimento estrangeiro com estas ca-

racterísticas.

Mas existem investidores estrangeiros, que queiram investir em Portugal, nestas unidades, sabendo do calvário dos licenciamentos e outras burocracias e da enorme lentidão dos tribunais administrativos e tributários, no julgamento de litígios?

Mesmo no caso dos investimentos estrangeiros objeto de contratualização com o Estado, a maioria dos que têm vindo a ser anunciados, estes riscos subsistem, levando alguns investidores a optarem por países com regimes mais amigos dos investidores.

A informação que gostaríamos de receber do Governo, em relação aos novos investimentos estrangeiros, excluindo as situações de aumentos de capacidade das empresas estrangeiras já localizadas em Portugal, é clara:

Novos investimentos, em unidades industriais, que produzam bens transacionáveis, com vendas anuais superiores a 50 milhões de euros, maioritariamente para exportação, que iniciem a produção já em 2022 e empreguem um número considerável de engenheiros e tecnólogos portugueses.

Estas, e só estas, é que são as boas notícias sobre investimento estrangeiro. ■

A inversão desta política passa por um processo de reindustrialização, criando empresas com capacidade de inovação e produzindo bens transacionáveis.